



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

DESLOCAÇÃO

Reunião Inter-Parlamentar

Investir na economia real: um instrumento para o crescimento, para a inovação e para a coesão

Parlamento Europeu

Bruxelas, 14 de Março de 2011

RELATÓRIO

Deputada Hortense Martins (GP PS)

Deputado Pedro Duarte (GP PSD)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

Enquadramento

A Comissão Especial para a crise financeira, económica e social (CRIS) do Parlamento Europeu (PE) organizou, no âmbito do processo de diálogo encetado com os Parlamentos nacionais (PN), uma reunião interparlamentar conjunta sobre o tema *Investir na economia real: um instrumento para o crescimento, a inovação e a coesão*. Esta reunião teve lugar no dia 14 de Março de 2011, em Bruxelas.

O programa da reunião, a lista de participantes e diversa documentação de suporte encontram-se nos seguintes sítios internet:

http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/organes/cris/cris_20110314_1500.htm

<http://www.europarl.europa.eu/webnp/cms/lang/en/pid/1551;jsessionid=3EAAED040E DF8788F9FC97F377D9A7C6>

O Dr. Bruno Dias Pinheiro, Representante Permanente da Assembleia da República em Bruxelas, prestou o apoio técnico durante a reunião.

Programa

1. Sessão de Abertura

Na sessão de abertura, o Presidente da Comissão CRIS, Wolf Linz, deu as boas-vindas aos participantes e foi feito um minuto de silêncio pelas vítimas da catástrofe natural no Japão.

Em seguida, referiu a importância desta reunião para o trabalho desta Comissão Especial do PE. Na verdade, um dos pontos principais do seu mandato é a consulta aos PN. Este processo iniciou-se com o questionário enviado a todos os PN sobre um conjunto de questões relacionadas com a crise,¹ e prossegue com esta reunião, da qual é esperado um contributo importante para o relatório final da Comissão CRIS, que deverá ser aprovado em Julho.

¹ A resposta da AR, preparada em conjunto pela CAE, COF, CAEIE e CTSSAP está disponível, na versão inglesa, em http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/cris/dv/netherlands_/netherlands_en.pdf, bem como as respostas dos restantes PN.

2. O valor acrescentado europeu: o investimento de longo-prazo na UE para o crescimento e o emprego

Thomas Mirow, presidente do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento, foi o orador convidado para esta sessão, tendo começado por destacar o acordo de cooperação global estabelecido com o Banco Europeu de Investimento (BEI) e os 9 mil milhões de euros de crédito concedidos em 2010, naquilo que classificou como uma aposta vigorosa da economia real.² Referiu, ainda, que a economia europeia cresceu 2.8 por cento neste período. Porém, acrescentou, a incerteza ainda permanece, em face dos acontecimentos externos, do preço das matérias-primas e, sobretudo, pelo facto de algumas das fraquezas que a crise expôs ainda não terem sido debeladas. Assim sendo, concluiu, os próximos anos serão cruciais para a evolução do modelo de desenvolvimento da União Europeia (UE).

Neste contexto, destacou três aspectos essenciais:

a) fortalecer a economia real: considerou que é tempo de a Europa reviver a sua longa tradição de produção, deixando de depender apenas do sector financeiro. Para tal, são necessárias transformações estruturais, desenvolvendo o mercado interno de modo a explorar as vantagens competitivas dos vários países. Neste contexto, afirmou que existem obstáculos subtis, mas ainda consideráveis, a tal desiderato, concretizando através de três exemplos: a directiva de serviços isenta vários sectores da UE do seu âmbito de aplicação, os quais poderiam beneficiar de um aumento de concorrência; a necessidade de avançar, de forma determinada, para o pleno reconhecimento de qualificações, promovendo a mobilidade. e, por fim, as dificuldades que algumas empresas europeias têm para se adaptar, nos prazos exigidos, a todos os requisitos da legislação europeia, o que pode criar sérios constrangimentos ao futuro da sua actividade;

b) redefinir o sector financeiro: apesar de terem sido introduzidas novas regulamentações para reforçar este sector (e.g. Basileia 3), destacou que é fundamental que se aprenda com as lições, assegurando que o sector financeiro está ao serviço da economia real. Com efeito, o mercado de derivados cresceu de forma indisciplinada e que isso gerou vários desequilíbrios que importa agora solucionar, através da supervisão e regulamentação transfronteiriças.

3. tornar a economia mais "verde", gerando ganhos de eficiência energética, por exemplo.

Por outro lado, referiu que é igualmente importante questionar como será possível financiar todas estas iniciativas. O BERD, assinalou, tem procurado mobilizar o sector privado para vários projectos, com base em critérios de investimento prudentes,

² O discurso integral encontra-se anexo ao presente relatório.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

assumindo riscos responsáveis e um padrão de financiamento mais conservador. Ou seja, projectos ambiciosos, mas com análise de riscos.

Em síntese, a abordagem que o BERD tem seguido visa potenciar o crescimento económico e tem uma importante lição a retirar: recursos públicos escassos podem e devem ser completados por meios privados, orientados por critérios de eficiência, de responsabilidade e sustentabilidade.

Cabe ao sector público, e em particular aos legisladores, criarem um quadro que encoraje esta abordagem, através de uma gestão responsável dos riscos assumidos.

Seguiu-se um período de debate. O Deputado ao PE, Diogo Feio (CDS-PP/PPE), interveio para sublinhar duas ideias:

a) considerou que não é possível combater a crise apenas através de medidas de austeridade, mas que devem também ser debatidas questões como o crescimento, as reformas estruturais em sectores como a justiça, o investimento, o mercado laboral, a tributação, as PME.

b) é fundamental juntar às medidas adoptadas a nível nacional uma solução europeia abrangente, que integre os instrumentos já existentes (UE2020, supervisão financeira, semestre europeu) e aqueles em preparação, designadamente o pacote de seis propostas legislativas no âmbito da governação económica. Em tudo isto, finalizou, os PN têm um papel essencial a desempenhar.

A Deputada ao PE Elisa Ferreira (PS/S&D) interveio para afirmar que esta crise demonstrou que a UE tem poucos meios para enfrentar problemas desta dimensão, sobretudo em virtude de uma certa falta de visão de médio prazo. Por outro lado, expressou a sua preocupação com a tendência que se verifica actualmente no sentido do reforço do método intergovernamental.

Além disto, considerou que a convergência nominal de curto prazo não pode comprometer a convergência real e, a este respeito, concluiu dizendo que o pacto para o euro não poderá funcionar se a única medida de correcção for o esmagamento dos salários. Cabe, por conseguinte, aos políticos ter a capacidade de pensar mais longe e encontrar as soluções necessárias.

A Deputada à Assembleia da República (AR) Hortense Martins (PS), assinalou que Portugal tem feito grandes investimentos em duas áreas essenciais: inovação e educação, com enfoque no aumento das qualificações profissionais. Neste âmbito, têm sido feitas reformas estruturais importantes, com particular destaque para a da segurança social. Por outro lado, sublinhou as intervenções já feitas sobre a necessidade de colocar a tónica na economia real e sua importância, colocando a banca e o sector financeiro ao seu serviço. Por fim, assinalou que o debate não pode

ser centrado apenas nos défices, mas deve também identificar propostas e soluções que promovam o crescimento.

3. Investir na economia da UE, assegurar a obtenção dos objectivos da Estratégia UE2020

Philippe Maystadt, Presidente do Banco Internacional de Investimento, foi o interveniente principal desta sessão, tendo apresentado um conjunto de dados estatísticos sobre o trabalho recente do Banco, que se anexam a este relatório. Na sua alocação, o Presidente do BEI apresentou os instrumentos utilizados nas parcerias de financiamento, designadamente os *project bonds*, conceito através do qual a dívida do emissor é dividida em vários níveis de senioridade, ao invés de fornecer uma garantia directa aos detentores dos títulos de dívida. Esta divisão permite criar diferentes tipos de dívida, cada um com o seu rácio de risco vs. retorno e, naturalmente, dirigido a diferentes tipos de investidores. Em termos mais concretos, a dívida seria dividida em dois níveis:

- a) uma *tranche* sénior, emitida como *project bond* e colocada junto de investidores institucionais (companhias de seguros, fundos de pensões; etc.);
- b) uma *tranche* subordinada (mais reduzida), subscrita pela Comissão Europeia e pelo BEI, através de um empréstimo ou garantia.

Do ponto de vista do BEI, estes instrumentos permitem responder às necessidades do mercado através de estruturas já existentes, de uma forma simples e que assegure o controlo e a responsabilização das partes envolvidas.

No período de debate que se seguiu, a Deputada Hortense Martins (PS) considerou que os investimentos em áreas diferentes devem ser considerados de forma igualmente diferenciada, designadamente os que incidem no domínio da educação, da investigação e da ciência. Neste âmbito, destacou o caso de Portugal e o investimento feito na área das energias renováveis.

4. Jantar-debate com Jacques Delors

No final da reunião, foi organizado um jantar-debate com Jacques Delors, Presidente da Comissão Europeia entre 1985 e 1994 e fundador do *think tank* francês "Notre Europe".

No seu discurso, Delors começou por referir que é fundamental não esquecer as diversidades nacionais, ao nível da indústria, dos modelos sociais, da demografia, e

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

que as soluções encontradas a nível europeu respeitem isto. Em seguida, referiu alguns aspectos que considerou importantes no debate actual a nível europeu:

a) concorrência, afirmando que não há mercado sem regras e a primeira destas é a concorrência. As regras formam a estrutura do mundo financeiro. Ao contrário do que sucedeu na última década, o objectivo não pode ser apenas a criação de capital, pois essa é uma visão de curto prazo, com os resultados que se conhecem;

b) aspectos sociais, identificando duas dimensões essenciais:

i: a recusa do *dumping* social é um elemento do mercado alargado, em conformidade com o respeito pela diversidade dos modelos sociais;

ii: solidariedade, que não pode ser sinónimo de irresponsabilidade, mas sim a prova de que os nossos países são interdependentes. A Europa social significa solidariedade, entendida como coesão económica e social;

c) cooperação, considerando que é o elo que falta na construção europeia, em particular na União Económica e Monetária (UEM). A cooperação implica um estado de espírito e um incentivo financeiro que encoraje os Estados-membros a envolverem-se entre si. Sem cooperação não é possível assegurar o presente e o futuro da UE, como esta crise o tem demonstrado;

d) Orçamento europeu, afirmando que não é preciso um orçamento da UE apenas para compensar a regressão, a recessão ou as políticas de austeridade, mas também para inventar;

e) Eurobonds, tendo Jacques Delors recordado que a sua visão sobre esta matéria não para que estes possam ser utilizados para financiar ou reembolsar as dívidas nacionais, mas sim para financiar despesa futura. Neste domínio, elogiou a abordagem do BEI, pelas provas de capacidade inventiva na "engenharia financeira", concordando que é possível encontrar soluções que combinem um certo nível de compromisso orçamental europeu, um compromisso de financiamento e uma responsabilização do sector privado.

Finalizou a sua intervenção, afirmando que *"se o Euro falhar, os sonhos de Europa serão destruídos. É no mundo actual, em mutação tecnológica, que a Europa tem de escolher entre duas soluções - sobrevivência ou declínio"*.

Os Deputados,

Hortense Martins

Pedro Duarte